

A cidade potiguar sob a visão da elite (1822 a 1845)

Adriana Carla de Azevedo Borba

Contato: ad_borba@yahoo.com.br

Linha de pesquisa: “História da cidade, do território e do urbanismo”.

INTRODUÇÃO

Este artigo contém alguns avanços da tese de doutorado em fase de construção, provisoriamente intitulada “Da promessa à realidade - A Cidade Potiguar do século XIX a partir do olhar da elite”. Pretendemos pontuar e sistematizar os encaminhamentos da pesquisa até o segundo semestre de 2012, identificando sinteticamente algumas questões teórico-conceituais e metodológicas, e enfocando mais detidamente aspectos do primeiro capítulo da tese.

A questão central que vem norteando a investigação é como a elite político-administrativa do Rio Grande do Norte percebia e compreendia a cidade potiguar ao longo do século XIX/início do XX, com ênfase para a percepção dos Presidentes de Província, cargo corresponde ao de Governador do Estado, durante o Período Imperial no Brasil (1822-1889), bem como dos próprios Governadores do estado do RN, já no período posterior, republicano.

Essa percepção se expressava principalmente nos Relatórios que estes apresentavam no final de cada ano de mandato primeiramente ao Conselho Geral da Província, e, a partir de 1834, à Assembleia Legislativa Provincial que substituiu o primeiro. Em ambos os casos, tratava-se da instância político-administrativa de apoio à gestão da província. Os documentos acima mencionados revelam os acontecimentos mais marcantes, os fatos de maior destaque que ocorriam no período de um ano no governo de cada Presidente de Província.

Pretendemos dar ênfase aos discursos dos Presidentes de Província (1822-1889), mas a pesquisa se estende por um período um pouco maior, até os governadores do Estado, durante parte da chamada República Velha (1899-1914). O cargo de Governador guarda certa semelhança com o de Presidente de província nos períodos Republicano e Imperial, respectivamente.

A compreensão da cidade sob a perspectiva da percepção da elite político - administrativa do Rio Grande do Norte principalmente no século XIX, se

manifesta segundo três vertentes ou categorias de análise da cidade: 1) *do ponto de vista político-administrativo*; 2) *do ponto de vista socioeconômico*; 3) *do ponto de vista físico-espacial*. São essas três categorias que constituem o objeto de análise deste trabalho.

Estes eixos são necessários uma vez que o estudo da cidade envolve sempre um enfoque multidisciplinar sempre que se buscar uma visão o mais completa possível do fenômeno urbano; além disto, os relatórios não permitem uma descrição detalhada e aprofundada sobre questões físico-espaciais da cidade potiguar. Portanto, se limitar a esta visão puramente física, além de incompleta para a compreensão da cidade, poderia incorrer em sérias limitações metodológicas para a pesquisa.

A percepção da elite envolve ainda dois momentos distintos, que se articulam de forma integrada: temos um primeiro momento de apreensão da cidade, ou seja, como a elite percebe, descreve e critica a cidade, frequentemente comparando-a com outras realidades conhecidas; e num segundo momento, concomitante ou posterior ao primeiro, a elite propõe intervenções na cidade.

OBJETIVOS

A finalidade última à qual se pretende chegar com a pesquisa é a percepção que a elite tem da cidade potiguar tal qual registrada nos diversos documentos, principalmente de caráter oficial.

Assim sendo, propomos como Objetivo Geral: Apreender qual era a percepção que a elite político-administrativa do Rio Grande do Norte tinha sobre a cidade potiguar no período estabelecido para a pesquisa.

E os Objetivos Específicos são: Identificar como era a cidade potiguar a partir da descrição e crítica que dela fazia a elite político-administrativa no período estudado; Identificar como a cidade potiguar deveria ser a partir das propostas de melhoria que essa mesma elite lhe



fazia, no período estudado; Cotejar a percepção da elite político-administrativa sobre a cidade potiguar com outras percepções que se encontram nas demais fontes de dados no intuito de comprovar, refutar ou relativizar essa percepção das elites; Caracterizar a cidade potiguar pelo viés político-administrativo, socioeconômico e físico-espacial, conferindo uma visão integrada dessas três categorias de análise; Apontar o processo evolutivo e de consolidação da cidade potiguar, segundo as três categorias de análise propostas; Identificar eventuais modelos idealizados ou influências de como a cidade potiguar deveria ser.

METODO

O presente estudo se utiliza do método histórico, haja vista que se propõe a levantar acontecimentos históricos ocorridos e registrados, bem como, e principalmente, a concepção de um determinado grupo social sobre um fenômeno específico, a cidade.

No tocante aos instrumentos analíticos para a exploração do problema, usamos neste estudo as pesquisas bibliográfica e documental. Essa pesquisa bibliográfica leva em conta, além de material específico sobre a cidade potiguar, aspectos do contexto nacional, que servem, contudo, como pano de fundo para o universo específico estudado, ou seja, a cidade potiguar. Em se tratando da pesquisa documental, são essencialmente os documentos oficiais produzidos pelos Presidentes de Província e Governadores da República Velha, assim como outras fontes produzidas por técnicos de alto escalão. A ênfase maior é dada aos Relatórios dos Presidentes de Província, uma vez que tais documentos são os que expressam de forma mais direta a percepção que a elite político-administrativa tinha sobre a cidade potiguar, sendo também os documentos que abarcam a maior parte do recorte cronológico estabelecido para a pesquisa.

A pesquisa ora desenvolvida se pauta fundamentalmente no discurso; muito mais do que ilustrações que por ventura venham a contribuir à imagética do trabalho, será a palavra o fio condutor principal de reflexões. Neste sentido, duas ferramentas se mostraram passíveis de utilização na pesquisa: a “análise de conteúdo” e a “análise de discurso”.

Para desenvolver o instrumental referente à “Análise de conteúdo”, trabalhamos com o autor Bardin (1977); e para desenvolver o tema “Análise de discurso”, nos utilizamos dos autores Brandão (2004), Maingueneau (1993) e de Foucault (2010).

RECORTES CRONOLÓGICOS

Quanto ao recorte cronológico da pesquisa, se estende, grosso modo, pelo século XIX, mais especificamente entre 1822 e 1914. Embora o interesse principal seja a percepção dos Presidentes de Província, é preciso entender se há alguma continuidade dessa visão em um período mais ou menos extenso que antecede e sucede o período de maior interesse.

Desta forma, justificamos o início do período estudado como o ano de 1822, ano em que se inicia grande parte dos movimentos contestatórios de caráter fortemente elitista e de base urbana que perduraram até 1824, não somente no Rio Grande do Norte, mas em outras capitanias e províncias do Brasil. As elites da capitania potiguar tiveram participação nesses movimentos, inclusive no de 1821.

Menos marcante de que o ano de 1822, talvez, mas igualmente importante, é o ano de 1914 para o já estado do Rio Grande do Norte. Igualmente por razões de natureza política, ele é fundamental porque representa um momento-chave do processo de modernização da cidade potiguar que vem se processando desde o início do período republicano, com várias intervenções nas cidades. É também o fim da oligarquia de Pedro Velho, e numa visão mais ampla, do domínio da família Albuquerque Maranhão no governo do Rio Grande do Norte, que culmina com a atuação do governador Alberto Maranhão, idealizador de uma série de equipamentos e intervenções modernizantes, sobretudo na capital potiguar.

Entre o período inicial do recorte histórico e o final, vislumbramos um período intermediário (compreendendo de 1846 a 1889), que marca em nosso entendimento a interrupção do lento crescimento econômico identificado desde 1822 (ainda mais prejudicado pela seca de 1845-46, que desestabiliza a precária economia potiguar e redireciona os investimentos para outros setores até então pouco expressivos) e o advento da República Velha (em 1890, que acelera o crescimento das cidades e a definitiva inserção do Rio Grande do Norte no sistema capitalista de produção).

ASPECTOS CONCEITUAIS

Do ponto de vista conceitual, esta investigação se enquadra nos estudos de História Urbana e se fundamenta em pesquisa de cunho qualitativo, uma vez que busca compreender o fenômeno trabalhando com



descrições, comparações e interpretações. O foco de interesse é mais amplo e procura compreender a ação dos atores estudados e sua percepção acerca da cidade potiguar. Relacionamos assim alguns dos conceitos relevantes para o desenvolvimento da pesquisa.

A elite político-administrativa

Para trabalhar com o conceito de “elite” nos apropriamos do artigo de Gisele Leite, no qual estes conceitos são vistos pelo viés epistemológico e nos permitiu esboçar algumas considerações, que são próprias das Ciências Sociais. Além desta autora, contextualizamos o conceito para a realidade Imperial, nos apropriando das teses de José Murilo de Carvalho e de Miriam Dolhnikoff; e finalmente, para melhor compreender a atuação desta elite, foram utilizados os trabalhos de Ilmar Rohloff de Mattos e de Luís da Câmara Cascudo.

O conceito de percepção

A “Percepção da elite” compreende dois processos imbricados, que são a “Apreensão da cidade” e a “Intervenção na cidade”. Partimos da premissa de que, para perceber a cidade, é preciso que haja um momento inicial no qual esta cidade é apreendida (quando a elite descreve e critica a situação em que se encontra a cidade em questão). É o que chamamos de “apreensão da cidade”. A segunda dimensão dentro da percepção da elite é a “intervenção da cidade”: Corresponde ao momento, concomitante ou não ao primeiro, em que a elite propõe mudanças para a melhoria da cidade (é quando se planeja uma nova visão da cidade, um futuro, perspectivas para modificar esta realidade, é o momento em que se traçam projetos para intervir na situação presente).

Nomenclatura do urbano no Rio Grande do Norte

Embora na atualidade muitos dos termos utilizados para a definição das aglomerações urbanas tenham caído em desuso ou tenham mudado sutilmente de significado, estas questões são cruciais para a compreensão da cidade potiguar no período pesquisado. Visando explicitar estas terminologias e seus respectivos significados à luz da historiografia, nos baseamos no artigo de Teixeira (2003), destacando deste as principais nomenclaturas encontradas no Rio Grande do Norte – muito embora o artigo contemple outras. Desta maneira, considerando as terminologias mais

recorrentes na realidade potiguar, focalizamos a conceituação dos seguintes termos: “curral”, “fazenda”, “arruado”, “povoado”, “povoação”, “arraial”, “vila” e “cidade”.

Processo de modernização

Muito embora este conceito seja mais recorrente no final do recorte histórico trabalhado (e efetivado na construção da cidade potiguar a partir do início do século XX), a ideia de “modernização” enquanto processo de melhoria, de avanço em relação às gerações antecedentes, perpassa vários momentos e, portanto, está presente em muitos dos discursos analisados nesta investigação. Para construir este conceito de modernização, estamos provisoriamente, nos baseando no artigo de Horacio Capel (2006) e no livro de Jacques Le Goff (1990).

O debate sobre a modernização potiguar é válido em especial para fundamentar a leitura dos documentos do período, nos quais certos discursos estão imersos nos ideais/ processos de modernização os quais, ao entrar em contato com a realidade do Rio Grande do Norte, adquirem novos tons, novas nuances. A partir do próprio discurso da elite, vamos aos poucos conseguindo elencar diferenças substanciais no que se entendeu (e se praticou) como modernização no caso potiguar.

A PROMESSA DE CIDADE

Para efeito deste artigo, foi analisado somente o primeiro recorte cronológico proposto na pesquisa em desenvolvimento (ou seja, a situação do Rio Grande do Norte de 1822 a 1845), e, em virtude da limitação do resumo, foram utilizados fundamentalmente os dados contidos nos Relatórios de Presidente de Província, a partir do qual tecemos algumas considerações.

Por uma questão de sistematização, neste artigo analisamos as informações que dizem respeito à “apreensão” dos presidentes de província, sob as 3 categorias de análise mencionadas na introdução (questões político-administrativo, socioeconômico e físico-espacial). Cada uma das 3 categorias de análise foi ainda subdividida em subitens ou tópicos para aprofundamento das reflexões, e conforme as categorias forem analisadas, estes subitens são explicitados.

Do ponto de vista político-administrativo trabalhamos com as seguintes subdivisões: “Administração pública”, “Legislação urbana”, “Tributação” e “Status político”. Destas, a que teve mais menções nos documentos foram



Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | PPGAU/UFRN

a “Administração Pública”, seguida pela “Tributação”, “Status político” e a “Legislação urbana” não foi identificada neste recorte histórico. Com relação à Administração pública, a questão mais levantada nos relatórios de presidente de província foi o policiamento: em geral, mencionado no item “Tranquilidade pública”, é constante a solicitação de forças policiais em maior contingente e mais bem distribuída pela província. Um destacamento maior se localizava na capital e outro no interior (Assú e Apodi são as mais mencionadas), de modo que as demais localidades ficavam desprovidas e à mercê da “banditagem” local e advinda de outras províncias (sendo a do Ceará a mais problemática neste sentido).

A falta destes ocasionava insegurança tanto à população quanto às autoridades, que em muitos casos se furtavam da aplicação da lei com receio de retaliações – e o mais comum, chegavam a acobertar crimes através das práticas de “apadrinhamento”. Segundo os presidentes, a precariedade na segurança era ainda agravada pela falta de legislação que a combatesse de forma mais incisiva:

“Senhores, a respeito da segurança individual, he bem triste o quadro que se nos apresenta. Tempo houve, em que ninguém se reputava seguro, nem mesmo em sua própria casa. Em vão o cidadão pacífico procurava recurso nas Authoridades; estas receando serem victimas do punhal do assassino, não se atrevião a perseguil-o, pois sabião de certo, que no Jury encontraria elle a mais decidida protecção. Tal foi o estado, a que nos reduzio huma Legislação fraca, inadequada aos nossos costumes, e que considerou o paiz mais em relação ao que devia ser, do que ao que na realidade era”. (Mascarenhas, 1843)

Ainda na Administração pública, um segundo ponto identificado nos relatórios diz respeito aos funcionários públicos, sobretudo os ligados às Câmaras Municipais e Juizes. A principal crítica feita pelos presidentes trata da pouca atuação advinda da baixíssima frequência com que as reuniões aconteciam (os motivos alegados pelas autoridades eram os mais diversos, desde problemas com secas a longas distâncias e doenças) o que tornava mais moroso qualquer processo que necessitasse de julgamento ou avaliação pelos órgãos públicos:

“O Jury não se tem reunido com aquella regularidade, que a Lei exige. Nesta Cidade [Natal] não pôde ainda haver a primeira Sessão deste anno, pela demora de hum dos Juizes de Paz em remetter a relação dos Jurados do seu Districto (...) No Municipio de S. José pôde o Juiz de Direito reunir o Jury com grande custo; mas teve de encerrar a Sessão, antes do praso grande na Lei, a pesar de haverem processos pendentes, porque os Jurados se ausentarão (...) Na Camara do Assú não

me consta que tenha havido Jury neste anno. A ausencia prolongada do respectivo Juiz de Direito, e a estação nimiammente chuvosa, são, além d’outras, as causas da inobservancia da Lei nesta parte. Não tenho cessado de expedir terminantes ordens aos Juizes de Direitos interinos para convocarem o Jury; mas infelizmente ellas não tem sido cumpridas com aquella pontualidade, que se devia esperar”. (Mascarenhas, 1840)

Outro funcionário público bastante citado neste período era o médico; embora não tenha sido detectado neste primeiro recorte problemas mais sérios advindos de epidemias (numa situação bem diferente do que acontecia nas demais capitais da maior parte do Império, uma vez que os principais problemas de saúde no Rio Grande do Norte eram as sífilis de baixo e eventuais febres intermitentes), o médico aparece como um profissional requisitado ao governo central, especialmente ligado à aplicação de pus vaccinico. Muito embora este material chegasse à província já sem eficácia, os processos de variolização ou vacinação acabavam sendo feitos por curiosos ou boticas, pessoas não qualificadas para esta atividade.

Detectamos uma situação paradoxal no discurso dos presidentes ao tratar dos médicos: embora tal profissional não fosse “efetivamente” necessário – sobretudo analisando os surtos epidêmicos que acometiam os demais pontos do império e que não ocorriam no Rio Grande do Norte, ainda assim, este profissional aparece como uma figura indispensável, ligado à ideia de “civildade”.

Considerando o item “Tributação”, os mais mencionados pelos presidentes foram os dízimos vacum e cavalari, seguido pelo do algodão. Dadas às dificuldades de tributar a produção algodoeira, o tributo que efetivamente trouxe alguma receita à província foi o do gado e cavalari. Contudo, não era tão vantajoso assim – o que se pode verificar quando analisamos o ponto de vista socioeconômico, quando retomamos este problema da baixa tributação do Rio Grande do Norte.

O “status político” apresenta poucas menções nos relatórios neste período. A principal questão levantada foi o rebaixamento da vila de Angicos – que logo após é desfeito, em virtude de protestos generalizados da população local, e num âmbito mais geral, é muito criticada a divisão das comarcas, que no período se dividiam em somente duas (Natal e Assu) situação que, na visão dos presidentes, dificultava a administração de recursos e a distribuição populacional.

Em relação à “legislação urbana”, efetivamente não aparece nos relatórios deste primeiro recorte histórico. Como será constatada na análise físico espacial, a cidade



carecia de uma série de reparos e construção de infraestruturas básicas, mais urgentes do que a construção de instrumentos que sistematizassem seu crescimento. Além disto, a lentidão do aparelho administrativo não amparava maiores preocupações legislativas.

Em se tratando do ponto de vista socioeconômico, os subitens de análise foram “Tensões e problemas”, “Calamidades públicas”, “Estrutura social” e “Desenvolvimento econômico”. No recorte estudado, dentre as “Tensões e problemas” mais recorrentes estão a segurança pública, seguida pela baixa receita e a seca (que é mais mencionada no final do período, quando acontece uma das maiores secas já registradas no século XIX, que trouxe uma série de mudanças na estrutura sócio econômica do Rio Grande do Norte).

Em relação à segurança pública, os problemas foram já mencionados no item político administrativo: aconteciam pela junção de uma legislação falha, um corpo administrativo pouco atuante e que inclusive acobertava criminosos, aliados ao precário policiamento da província – que por sua vez tinha relação direta com a falta de recursos. Com a certeza da impunidade, a população contava apenas com a “boa índole” dos cidadãos, e o que fica evidente é que esta não era suficiente.

A respeito das “Calamidades públicas”, encontramos várias referências: relatos sobre as precárias condições da saúde pública, vacinas, seca, socorros públicos, febres intermitentes, bexigas e sarampo. Como dito na análise político administrativa, as referências embora sejam variadas, não apontam para um tipo específico e constante de problema com a saúde pública (exceto a ausência de um médico e a falta de uma edificação como hospital, casa de caridade ou abrigo de órfãos).

Ou seja, excluindo o período da seca, as doenças não culminaram com números expressivos de mortes e as causas eram tão variadas que não pressupunham uma ação profilática específica. Em geral, as referências nos relatórios muito mais tranquilizam o governo central demonstrando a ausência das grandes epidemias que acometiam outras partes do império, sobretudo nas regiões portuárias (como eram o caso de Recife, Salvador e do Rio de Janeiro) e as situações mais frequentes eram as eventuais febres intermitentes, sífilis e um dos relatórios (1838) identifica problema com mordidas de cobras – em outras palavras, situações muito pontuais que não justificavam a vinda de verbas imperiais.

A exceção a esta situação acontece, como foi dito, no final do recorte histórico, 1845, quando a província é acometida de uma grave seca, e assim passa a

demandar os socorros públicos, sobretudo a vinda de alimentos (com destaque para a farinha de mandioca, o produto que mais foi remetido para o Rio Grande do Norte no período).

Com relação ao “Desenvolvimento econômico”, a principal colocação dos presidentes de província relaciona-se com a falta de recursos. Como sinalizado anteriormente, a tributação *vacum* e cavalar não suprimiam satisfatoriamente as necessidades da província, de modo que as despesas, ao longo deste primeiro recorte estudado, são sempre maiores que as receitas, levando os presidentes a idealizarem uma série de propostas de tributação.

Em se tratando da “Estrutura social”, não identificamos muitas referências, mas as duas que detectamos nos documentos fazem menção à falta de um levantamento estatístico atualizado e abrangente, que desse à administração pública uma maior segurança ao propor intervenções. Um dos relatórios traz uma informação interessante que é o paralelo entre esta falta de estatística e a atualização na participação política do Rio Grande do Norte junto ao governo central:

“Posto que se devesse isto atribuir á falta, aliás grave, da estatística da Provincia, o que até hoje se não pôde ainda conseguir com a exactidão necessaria, tendo-se apenas podido obter incompletos arrolamentos; (...). Isto posto, e attendendo mesmo ao principio consagrado na Lei Fundamental do Estado, de que o numero dos Represente antes do Paiz, de cada huma das Provincias, deve estar em perfeita harmonia não só com a importancia de sua população, (...) torna-se evidente, que dando essa Provincia apenas hum Deputado, e hum Senador, não está proporcionalmente representada. (...) mas apezar disto tem a Provincia continuado no mesmo estado”. (Bello, 1845).

Finalmente, tratamos do ponto de vista físico espacial, cujos subitens de análise foram os seguintes: “Traçado viário”, “Os equipamentos públicos”, “Estética urbana e das edificações” e “Infraestrutura”.

Iniciando com o subitem mais comentado nos relatórios, “Os equipamentos públicos”, temos três equipamentos mais recorrentes dos documentos: as igrejas, seguidos pelas cadeias e as escolas públicas. Na visão dos presidentes, estes três equipamentos, em estado tão precário na província, concorriam muito para as situações negativas vistas tanto na segurança pública como na economia. Primeiramente a igreja, peça fundamental para a disseminação das ideias cristãs (no discurso dos presidentes, muito vinculada com a situação ideal de um “paiz cristão e civilizado”): estando continuamente em situação de semi-ruína, eram espaços que terminavam por não ter uso tão frequente



Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | PPGAU/UFRN

quanto se desejaria, pela periculosidade que sua estrutura física demonstrava.

Embora em alguns casos, os presidentes se refiram à simples falta de paramentos para que os cultos ocorressem de forma “decente”, os relatórios demonstram com muita frequência um quadro mais precário ainda (como falta de conclusão em construções, telhados com risco de cair e as próprias paredes em vias de ruir). Em sendo a igreja o principal edifício de ordenamento do espaço urbano nos aglomerados urbanos no período provincial, não é de se admirar, no caso de uma província tão pobre, encontrarmos esta situação precária e como resultado a pouca atuação do clero conscientizando a população a não praticar crimes.

As cadeias também vêm mencionadas quase com a mesma frequência; em situação ainda mais difícil que as igrejas (estas ainda recebiam esmolas e certo apoio das comunidades, ao passo que as cadeias raramente o recebiam), é sintomático, no final do recorte histórico, o relatório de 1845, contendo as apreensões do então presidente Dr. Casimiro José de Moraes Sarmento:

“Não há hum só lugar da Provincia que tenha huma Cadeia segura, limpa, arejada e com as necessarias accomodações. Villas há que não teem absolutamente onde prendão os criminosos, vendo-se por isso na necessidade de os remetterem para a desta Cidade [Natal] (...) a excepção de hum ou outro, todos os mais, se a caridade publica os não acudir, morrerão por certo á fome (...) quantia sufficiente para esta despesa, de que se não pode prescindir em nenhum paiz, qual o nosso, christão e civilisado. Parece-me igualmente que não podeis recusar a entes tão desventurados, que jazem sepultados no hediondo, fetido, humido e estreito ergastulo, que se chama – Cadeia – d’esta Cidade, alguma roupa, que os tire da nudez em que pela maior parte se achão expostos aos transe do frio e da humidade, que, como não ignorais, he aqui pelo inverno rigoroso em qualquer parte quanto mais n’aquella lubrica e mal agourada mansão”. (Sarmento, 1845)

Esta era a situação dos locais onde se encontravam cadeias; onde estes edifícios não existiam, os presos eram enviados para outras cidades que destas dispunham, muitas vezes superlotando prédios já sem condições de recebê-los. Contudo, como já foi visto, na maioria dos casos, os criminosos não recebiam a pena que mereciam pela política de “apadrinhamento”, o que demonstra um quadro ainda mais difícil, posto que nestas cadeias ficavam os raros detentos que não conseguiam se safar de suas condenações – e ainda assim, estas cadeias não eram suficientes.

Para fechar o item Equipamentos públicos, aparecem as escolas públicas, também com problemas de

manutenção dos poucos edifícios existentes, desprovidas de mobiliários, e, ano após ano, atraindo um contingente muito reduzido de alunato – os mais abastados enviavam seus filhos ou para outros pontos do país ou para a Europa, onde o método de ensino lancasteriano já era disseminado. As parcas verbas destinadas a este item eram ainda questionadas por muitos presidentes (que não raro propunham cortes orçamentários) dado o pouco retorno em relação aos altos investimentos – proporcionalmente ao que a província conseguia levantar como receita.

Outro subitem muito citado nos relatórios é o que se relaciona com “Infraestrutura”. As aparições mais recorrentes dizem respeito às “Fontes públicas” e “Pontes”; seguidas pelas “Estradas e comunicação” e “Aterro”. Um aspecto importante que percebemos nos relatórios é que enquanto no item “Os Equipamentos Públicos” os presidentes se referem a situações no Rio Grande do Norte em geral, no caso de “Infraestrutura” todas as colocações referem-se à capital ou da capital em relação ao “resto” da província.

Quando se fala em “Fontes” quase invariavelmente trata-se da Fonte da Cruz da Bica, continuamente deteriorada em virtude das chuvas de inverno, ou trata-se da Cacimba São Thomé, também danificada; quando se fala em “Pontes”, a maior reclamação é a inexistência dessas e a maior reivindicação dos presidentes é a Ponte Peixe Boi, que atravessaria o Rio Salgado (Potengi), ligando a capital ao interior da província; quando se fala de “Estradas e comunicação” é a identificação dos presidentes da precária situação de transporte na província, e, sobretudo, da difícil ligação da capital com o restante da própria província; quando é mencionado o “Aterro” trata-se do Aterro da Coroa, por onde embarcam e desembarcam produtos vindos do Rio Salgado.

Quer seja pelas dificuldades em viajar pela província averiguando sua situação (como foi dito, pela precária situação das estradas), seja pela necessidade maior de fixação do Presidente de província na capital (cidade de maior hierarquia administrativa na província), seja pelas resumidas verbas para empreender estas visitas pelo Rio Grande do Norte (vistas pelas constantes reclamações acerca da falta de recursos), ou ainda pelos recursos de infraestrutura se fixarem somente na capital (uma vez que não sobrava verbas para outras localidades) o fato é que a “Infraestrutura” citada nos relatórios todas se referem a Natal.

Ao longo de todo este primeiro recorte histórico, as fontes d’água da capital aparecem deterioradas e



1º SIMPÓSIO DE PESQUISA DO PPGAU-UFRN – DOUTORADO, MESTRADO ACADÊMICO e MESTRADO PROFISSIONAL

carecendo de reparos; nas palavras do Vice- presidente Coronel Estevão José Barboza de Moura:

“A Fonte Publica da Capital, chamada Bica, está no mais deploravel estado de ruina. Foi perdida toda a despesa, que com ella se fez, á falta da direcção de hum Engenheiro habil, conhecedor da materia. Posto que reconhecesse a Camara Municipal a mesma falta, no quiz deixar de orçar para concertos a quantia de 1:400\$00 Reis, assim como para reedificação da Cacimba chamada de S. Thomé a de 252\$600 e a de 221\$800 Rs. para reparos do Baldo. Todos estes orçamentos são feitos com o preciso detalhe, mas nem por isso posso afiançar que se facção obras duradouras”. (Moura, 1841)

Pelo que se verificam nos relatórios, verbas eram continuamente destinadas a reparos, mas que não eram suficientes para resistir aos desgastes das intempéries climáticas ou o uso frequente e todos os anos estas obras precisavam de revisões. Com relação às pontes, embora tenham sido mencionadas – como não existindo e sendo fundamentais para o desenvolvimento da cidade – se enquadram nas “intervenções”, não analisadas neste artigo.

No tocante às “Estradas e Comunicação”, a situação da capital era de total isolamento, desconectada com o que acontecia em seu interior pela falta de meios eficazes de comunicação, que de acordo com o presidente João Joze Ferreira D’Aguiar trazia repercussões negativas sobremaneira para a economia potiguar:

“Bem longe de dizer-vos, que temos Estradas, vos afirmarei, que apenas algumas péssimas veredas, que nos dá communicação’ com o centro da Provincia, digo péssimas, por que, alem de tortuosas e mal aceadas, empessam á cada passo o viajante pela sua estreiteza, de maneira a não’ permitir um cavaleiro transitar livremente. É este, talvez, um dos mais poderosos impecilhos, que obsta ao engrandecimento d’esta Capital, por que, esmerando-se todo um anno, o laborioso agricultor para obter uma grande colheta, vê-se forçado á leva-la ao mercado d’outra Provincia, que lhe apresenta melhores Estradas, furtando-se, d’esta arte, aos contínuos incommodos que tem de suportar para traze-la á esta capital, e á outros diferentes pontos da Provincia, diminuindo ao mesmo tempo as suas pequenas rendas”. (D’Aguiar, 1836).

O Subitem “Traçado viário” é indiretamente mencionado nos relatórios, mas com poucas referências. A principal informação neste sentido se concentra em Natal, e os presidentes abordam muito mais as condições dos caminhos do que sobre o desenho da cidade, num discurso muito semelhante ao usado para caracterizar as “Estradas”.

Como era de se esperar, o subitem “Estética urbana e das edificações” não foi mencionado neste período histórico, pois, como vimos, neste momento a cidade potiguar ainda se estruturava, carecendo de uma série

de equipamentos públicos e infraestruturas básicas, que de tão precários, eram os que mais demandavam atenção da administração à época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica muito evidente que a análise multidisciplinar proposta como arcabouço metodológico desta pesquisa cada vez mais se afigura como indispensável para abarcar o que conceituamos como percepção da cidade pela elite potiguar. A análise em categorias, recurso meramente didático, se entrelaça de forma complexa de modo que a compreensão de uma categoria só faz sentido se considerada em conjunto com as demais. Uma visão simplesmente espacial da cidade – como seria natural num trabalho de história urbana orquestrado por arquitetos urbanistas – careceria de explicações fundamentais, que não dariam conta de compreender a sua própria materialização no espaço urbano, vez que ela é resultado tanto de apreensões quanto de intervenções.

A cidade potiguar, muito embora já com ferramentas que permitiriam o florescimento de cidades mais estruturadas, ainda caminhava lentamente ao longo destas duas décadas. O principal empecilho, pelo que vislumbramos até aqui através dos documentos estudados, era a mais completa falta de recursos, mencionada em praticamente todo o recorte histórico. O ciclo vicioso é bastante claro: a falta de investimentos rapidamente extinguia os poucos benefícios implementados (haja vista a situação precária dos equipamentos públicos e da infraestrutura em praticamente toda a província, em todos os itens elencados), demandando novos investimentos que não vinham.

A economia ainda muito rudimentar, embasada em pouca variedade de itens, e ainda sob a mercê da sazonalidade do clima viu exposta sua extrema fragilidade na seca de 1845: sem chuvas, as culturas de subsistência não vingaram e o gado aos poucos foi perecendo; a precariedade dos caminhos e a falta de animais para o transporte dos socorros públicos imperiais fez crescer ainda mais o número de vítimas. A notícia de alimento chegando à capital fez migrar grandes contingentes populacionais aos maiores centros urbanos, sobrecarregando ainda mais a frágil infraestrutura de Natal e abandonando os diminutos povoados no interior potiguar.

Movimentado pela tributação do gado vacum e cavalar, com a seca, o Rio Grande do Norte viu suas finanças já minguadas se reduzirem até ficarem negativas. A



segurança pública se transforma em caos; se ao longo deste recorte havia preocupação com a bandidagem, relacionada aos “vadios”, aos “não civilizados e pouco cristãos”, agora, desesperados com a fome, o crime aumenta enormemente. É somente no próximo recorte histórico que a “realidade da cidade” acontece. Até agora, esta foi somente uma promessa, penosamente não concretizada.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

BELLO, Venceslau de Oliveira. **Discurso pronunciado pelo excelentíssimo presidente da república do Rio Grande do Norte, na abertura da primeira sessão ordinária da assembleia legislativa provincial, na quinta legislatura**. Pernambuco: Typographia De Santos & Companhia, 1845.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

CAPEL, Horacio. **Caminos de Modernización en la Europa Ultramarina**. IN: Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940)/ Angela Lúcia Ferreira e George Dantas (organizadores). – Natal, RN: EDUFRN – editora da UFRN, 2006.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Governo do Rio Grande do Norte**. Mossoró: ESAM, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem – A elite política imperial; Teatro de Sombras – A política imperial**. 2ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

D’AGUIAR, João Joze Ferreira. **Falla com que o Ex.mo presidente da provincia do Rio Grande do Norte abriu a segunda sessao’ da assembléia legislativa da mesma provincia**. Pernambuco: typográfica Fidedigna de j. N. de Mello, 1836.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. L’Ordre du discours, Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970, Editions Gallimard, Paris, 1971. Trad. de Edmundo Cordeiro e António Bento. Acesso ao site http://www.4shared.com/get/16387629/9ad41093/Michel_Foucault_-_A_ordem_do_d.html em abril de 2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense -

Universitária, 1987. Acesso ao site http://www.4shared.com/get/100667524/34c0fe27/FOUCAULT_Michel_Arqueologia_do.html em abril de 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.]. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

LEITE, Gisele. **Teoria sobre as elites ou elitismo**. Acesso em maio de 2011 através do site: <http://br.monografias.com/trabalhos905/teoria-elites-elitismo/teoria-elites-elitismo.shtml>

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise do discurso**. Campinas: Pontes – Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2 ed. 1993.

MASCARENHAS, Manoel de Assis. **Relatorio Apresentado à Assembleia legislativa da Provincia do Rio Grande do Norte na Abertura da última sessão ordinária da 2ª Legislatura Provincial**. Pernambuco: Typographia De Santos & Companhia, 1840.

MASCARENHAS, Manoel de Assis. **Relatorio que à Assembleia legislativa da Provincia do Rio Grande do Norte apresentou o exmo. Presidente da mesma provincia**. Pernambuco: Typographia De Santos & Companhia, 1843.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOURA, Estevão José Barboza de. **Discurso pronunciado na abertura da segunda sessão da terceira legislatura da assémblea legislativa provincial do Rio Grande do Norte**. Pernambuco: Typográfica de Santos & Companhia, 1841.

SARMENTO, Casimiro José de Moraes. **Discurso pronunciado pelo excellentíssimo presidente da província do Rio Grande do Norte na abertura da sessão ordinária da quinta legislatura da assemblea legislativa provincial**. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1845.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Os nomes da cidade no Brasil colonial: Considerações a partir da capitania do Rio Grande do Norte**. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 02, n. 03, 2003.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da cidade de Deus à cidade dos homens – a secularização do uso, da forma e da função urbana**. Natal: EDUFRN, 2009.

